



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS: ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS DO MÉDIO OESTE POTIGUAR

Luciana Dantas Mafra

Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)
luciana.mafra@ufersa.edu.br

Resumo

Assegurar a matrícula e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação fez parte das Políticas Públicas que deram visibilidade às necessidades educacionais de pessoas com deficiência, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996) e da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2007). A legislação possibilita a inclusão das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, nas classes comuns, através do atendimento educacional especializado em turno inverso. Esta perspectiva permite que a educação especial enquanto modalidade educacional, inclua pessoas com deficiências no sistema regular de ensino e crie no interior das escolas o atendimento educacional especializado (AEE) através das Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) (BRASIL, 2009). Esta realidade exige flexibilidade pedagógica, utilização de recursos diferenciados e adaptados às muitas formas de aprender. O objetivo desta pesquisa é compreender através da pesquisa colaborativa o desenvolvimento da educação inclusiva nas cidades do médio oeste potiguar, em particular nas escolas públicas que possuam sala de recursos multifuncionais, nas cidades de Caraúbas e de Apodi, com a intenção de diagnosticar o perfil dos educandos atendidos e analisar metodologias que incidam positivamente sobre a aprendizagem escolar destes educandos.

Palavras-chave: Educação especial; Inclusão; Escolas



Introdução

O Atendimento educacional especializado (AEE) é a garantia que possuem pessoas com deficiências de serem não apenas matriculadas no ensino regular mas aprenderem de maneira ativa os conteúdos ministrados nas salas regulares, em graus de desigualdades menores que os demais estudantes sem as mesmas limitações. Este atendimento é realizado em dois espaços distintos, na escola de classe comum e nas instituições especiais. Nas escolas de classe comum, também chamadas de escolas regulares de ensino o AEE funciona nas chamadas salas de recursos multifuncionais (SRM's) que são espaços organizados por professores especialistas em educação especial, que auxiliam o trabalho pedagógico dos professores das salas regulares, adequando metodologias de aprendizagem distintas aos diferentes alunos com deficiência. Nestas salas o fazer pedagógico é novo, e deve facilitar a construção do conhecimento pelo educando, permitindo que desenvolvam o currículo e participem ativamente da vida escolar. Os professores que atuam nas SRMs das escolas em Caraúbas e Apodi possuem especialização em Educação Inclusiva e assumem a tarefa de complementar ou suplementar os conhecimentos dos alunos com necessidades educacionais especiais (AEE) em horário oposto às aulas regulares.

As instituições especiais nestas cidades são representadas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE) que embora não possuam como as escolas regulares a finalidade de ensinar conteúdos curriculares cumprem papel importante de apoio no desenvolvimento pessoal, emocional, comunitário das pessoas com deficiência. Ainda que reconheçamos sua relevância o objetivo deste projeto é analisar o desenvolvimento da aprendizagem oferecido pelo atendimento educacional especializado ofertado nas escolas regulares e públicas de ensino nas salas de recursos multifuncionais (SRM's).

Não são muitas as escolas nessas cidades e na região que possuem as SRM's. Tanto Caraúbas quanto Apodi tem apenas duas escolas públicas com estes recursos dispostos em uma sala específica que atendem os educandos matriculados nelas e todos os demais educandos matriculados na cidade e no campo. Não é portanto sem importância analisar com maior atenção a qualidade do ensino proposto pela legislação e sua oferta local, real nas cidades distantes dos grandes centros urbanos que possuem maiores disponibilidade de recursos, profissionais e equipamentos.

Há duas configurações que organizam as SRMs: uma equipada com recursos materiais que atendem de forma geral a maior parte das necessidades especiais e outra equipada com recursos materiais específicos à certa deficiência. Nas escolas objeto deste projeto de pesquisa existem as



SRMs de primeiro tipo, funcionando regularmente em contraturno, recebendo em média dez alunos com deficiências distintas em sua rotina. O trabalho pedagógico destes professores não incide tão somente nas metodologias de aprendizagem mas auxilia as escolas na construção de uma linguagem e compreensão de educação escolar includentes. Apesar das limitações de toda ordem (administrativa, pedagógica, rotina escolar) dinamizam diferentes práticas de docência nas SRM's e nas demais salas de aula da escola, através das novas estruturas de ensino e de métodos ativos de aprendizagem.

A pesquisa que realizamos e que se encontra em fase inicial tem o objetivo de analisar o cotidiano das escolas públicas que possuem pessoas com deficiência matriculadas para conhecer e intervir no processo educativo através da colaboração – tipo de pesquisa aplicável ao trabalho docente- auxiliando professores em exercício e a comunidade escolar a elaborar práticas alternativas de ensino-aprendizagem voltadas para a aprendizagem de todos na escola. Para isto propõe analisar metodologias e acompanhar os professores nas salas de recursos multifuncionais nas quais encontram-se pessoas com deficiência, auxiliando-os no desenvolvimento das aulas e conteúdos, além da sistematização e análise de suas práticas pedagógicas. Auxiliar a diminuir as dificuldades encontradas nas escolas das cidades do interior – tais quais Caraúbas e Apodi - e pelos professores diante do desafio de ensinar a alunos com diferentes necessidades de aprendizagem através da pesquisa colaborativa, possibilita outro significado ao trabalho docente e à atividade do pesquisador em espaços escolares. Pode constituir-se na possibilidade de renovar a prática escolar pela aquisição da teoria acadêmica e construir de forma colaborativa os saberes necessários à docência. A metodologia tem como *loco* a educação fundamental e parte dos princípios da reflexão sobre a prática do professor para diagnosticar, analisar, intervir e avaliar suas ações. Esta pesquisa ainda mesmo em caráter inicial propõe-se fortalecer as demais investigações desenvolvidas pelos professores do curso de letras libras no campus Caraúbas, que embora possua apenas dois anos de funcionamento, começa a produzir levantamentos, diagnósticos e metodologias de intervenção que qualifiquem o trabalho pedagógico do professor em sala de aula, auxilie a escola pública a melhorar o ambiente de acessibilidade e inclusão em seu interior e fortaleça os vínculos de parceria e pesquisa acadêmica entre universidade e comunidade escolar.



Metodologia

A primeira fase da pesquisa de caráter qualitativo procura descrever o atendimento educacional especializado oferecido nas dependências das escolas pesquisadas quanto aos equipamentos, aos materiais e aos estudantes que frequentam este atendimento. Nesta etapa inicial elencamos os dados descritivos que levantamos e como os analisamos. O atendimento educacional especializado (AEE) pode desenvolver diferentes ações, desde garantir a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a adequação de espaços físicos para deficientes físicos, adaptação de conteúdos para deficientes intelectuais, ensino do braille para deficientes visuais, curso de leitor para a comunidade escolar, além de outras alternativas didáticas e pedagógicas que respondam às necessidades especiais existentes na escola. Na cidade de Caraúbas, há duas salas destinadas ao atendimento educacional especializado (AEE) em duas escolas diferentes.

Elas recebem e acompanham educandos com deficiência da escola onde se encontram, e daquelas que precisam deste atendimento especializado e não possuem o AEE. Ao todo, frequentam 25 alunos entre eles, surdos, deficientes físicos e intelectuais. Há duas professoras lotadas neste espaço, sem que tenham até o momento sido acompanhadas, sistematizadas e analisadas suas ações. A metodologia que estamos desenvolvendo é de uma pesquisa colaborativa que é definida como processo de indagação e teorização das práticas dos docentes e das teorias que guiam estas práticas ao associar o exercício profissional à reflexão investigativa que descreve, analisa, problematiza e intervém na perspectiva de modificar aspectos da realidade ainda insuficientes para garantir a aprendizagem. As colaboradoras nesta etapa são as profissionais da educação das SRM's e as pesquisadoras que tomam o cotidiano escolar, as atividades de sala de aula, as propostas didáticas desenvolvidas no interior das escolas como objeto de estudo, intervenção e colaboração.

Realizamos até o momento uma pesquisa de exploração ou diagnóstico, cuja investigação científica é partilhada entre os olhares daqueles que realizam a ação e daqueles que, exteriores a um espaço específico, comprometem-se com ele na perspectiva de melhorá-lo. A metodologia que desenvolvemos portanto, é um processo de pesquisa produzido com as professoras e não para as professoras da rede de educação básica.

Assim elencamos três etapas dentro da fase inicial da pesquisa e que expomos neste artigo: i) construção de um objeto comum, ii) atividades de produção e de desenvolvimento profissional, iii) mediação entre comunidade de pesquisa e comunidade da prática profissional. É necessário portanto, boa relação e negociação entre as instituições envolvidas (escola e universidade),



participes da pesquisa (pesquisadoras e professoras da rede de educação básica) e interesses de reflexão comuns.

Espaços de pesquisa colaborativa são também oportunidades esperadas pela comunidade escolar para qualificar o atendimento educacional especializado e tratar de maneira contextualizada os aspectos da inclusão. A primeira etapa da pesquisa de metodologia colaborativa realizou quatro encontros com as professoras que atuam no AEE para levantamento do perfil dos alunos com necessidades educacionais especiais atendidos; a segunda etapa elencou a identificação das dificuldades, características das deficiências, material didático utilizado, existência ou não de tecnologias assistivas; e a terceira etapa ainda em desenvolvimento, formulação de proposta didática comum de intervenção e acompanhamento aos educandos com necessidades educacionais especiais.

De todas as etapas participaram as professoras das salas regulares que tem educandos com deficiência para que apresentem as dificuldades que encontram no processo de ensino-aprendizagem no cotidiano escolar, além daquelas que atuam especificamente nas salas de recursos multifuncionais. Intercalada entre a primeira e segunda etapas da pesquisa realizamos momentos de sensibilização nas escolas e círculos de conversas com a comunidade escolar sobre a educação inclusiva, as necessidades educacionais especiais e as deficiências, que pudessem assegurar uma cultura de acolhimento e diversidade no interior das escolas. Os círculos de conversa sobre educação inclusiva deste momento foram abertos a todos da escola com a finalidade de tratar as ações pedagógicas desenvolvidas nas salas de recursos multifuncionais de forma crítica e contextualizada, de maneira que se socializasse o processo de ensino e de aprendizagem adequados para garantir a acessibilidade, a mobilidade, a inclusão e a aprendizagem de todos na escola. A terceira etapa ainda não realizada é a análise pela equipe formada por pesquisadora, bolsistas e professoras colaboradoras dos conteúdos adequados às necessidades educacionais especiais: ampliação de fontes, digitalização dos textos transformados em textos audíveis, transcrição para braille através de softwares, tradução em libras de conteúdos orais, confecção de material tátil e sinestésicos. Os resultados pretendem fornecer a sistematização e as primeiras análises das metodologias de educação especial desenvolvidas nessa região.



Resultados

As pessoas podem aprender em espaços comuns, coletivos e independentes das dificuldades que possuam e apresentem no processo de aprendizagem escolar. A educação inclusiva representa a nova forma de pensar estas necessidades e dificuldades educacionais especiais que encontrou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9304/96) e na Declaração de Salamanca (1994) fundamentação legal para a organização do ensino nas escolas regulares, através do atendimento educacional especializado. O trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva precisa ser repensado para ser capaz de incluir mudanças que atendam às especificidades de cada educando. Em geral, os professores sentem-se sem preparação para reorganizar o trabalho pedagógico e garantir o direito de aprender de todos e a falta de conhecimento específico sobre o tema é o motivo apontado com maior recorrência.

A escola e os professores que recebem nas salas de aula regulares alunos com deficiência deparam-se com desafios educacionais diferentes daqueles que habitualmente formam o repertório de situações escolares cotidianos: insegurança quanto à forma de lidar com o educando com deficiência, medo de não garantir a aprendizagem que se espera, desconhecimento das especificidades cognitivas, biológicas, comportamentais das deficiências influem reforçando negativamente a acolhida e a interação do educando com necessidades educacionais especiais (ROTH, 2006) . A comunidade escolar, além do professor das salas regulares, precisam ser apoiados na construção de uma cultura do acolhimento e da diversidade, através de ações e de momentos de reflexão, debate, estudo, intervenção pedagógica que permitam compreender a complexidade sociocultural dos diferentes níveis de aprendizagem e das formas de aprender dos estudantes que estão na escola. Há barreiras pedagógicas no cotidiano da escola quando não se favorece a aprendizagem e a interação dos diferentes estudantes e barreiras atitudinais quando as relações sociais discriminam e segregam (MIRANDA, 2008, p.292).

As ações exitosas em educação inclusiva podem minimizar estas barreiras resignificando as situações de aprendizagem, propondo de forma colaborativa outras atitudes pessoais, coletivas e pedagógicas que atenuem as barreiras quanto às diferenças, para que a comunidade escolar possa assegurar a inclusão pela educação. Para isto propõe o conhecimento e o uso de sistemas de leitura e escrita em braile, letras ampliadas, figuras em alto relevo, utilização de softwares para deficientes



visuais; criação de materiais didáticos táteis, estéticos, auditivos, que favoreçam processos de ensino diversificados, garantindo a aprendizagem de todos.

Conclusão

O conceito de escola inclusiva designou uma escola regular que propusesse em sua metodologia, avaliação, estratégias de ensino, ações de educação diferenciadas que atendessem a todos os alunos, superando um modelo homogêneo de educação, no qual todos deveriam aprender da mesma maneira, para outro modelo inclusivo e diverso, capaz de adaptar-se às especificidades de cada um; capacitando professores, diversificando metodologias e equipando as escolas com espaços nos quais o professor das salas regulares, poderiam ter apoio pedagógico às necessidades de cada estudante com deficiência. A ampliação do conceito de educação inclusiva incorporou a diversidade das práticas pedagógicas, a criação das salas de recursos multifuncionais, a qualificação de professores e a atenção especial a todos aqueles que, independente das dificuldades temporárias ou permanentes de aprendizagem que possuíam, tivessem garantido o direito de aprender na escola regular. A educação especial passa portanto a ser concebida como recurso para atender à diversidade dos sujeitos e suas formas de aprender, reconhecendo a escola enquanto espaço legítimo de aprendizagem dos conteúdos curriculares e toda a assistência complementar ou suplementar ao processo de escolarização no interior das escolas, como necessário e direito fundamental ao acesso, a permanência e a qualidade da educação.

E mesmo que tenha sido este o modelo assumido pelo estado brasileiro na última década, sua implementação nas escolas públicas acontece com grandes dificuldades, ausência de recursos materiais, pedagógicos e humanos, dificultando o reconhecimento pelos profissionais da educação que, embora constatem os avanços na política de educação e inclusão escolar, denunciam as muitas dificuldades para que se realize com qualidade no cotidiano. As pesquisas educacionais nos últimos anos acumularam dados significativos sobre o processo de inclusão, novas aquisições e mudanças nas escolas quanto à inclusão escolar, embora apontem concomitantemente as dificuldades de efetivação das finalidades da educação inclusiva. É imprescindível que se monitore a qualidade da aprendizagem oferecida à diversidade dos sujeitos nos espaços escolares e a importância de não somente reconhecer seus avanços e dificuldades, mas sobretudo, intervir de forma colaborativa na cultura escolar e nas práticas pedagógicas, de maneira corresponsável, auxiliando professores e comunidade, a encontrarem caminhos alternativos para a superação das dificuldades de ensino e de



aprendizagem. Segue nesta perspectiva a pesquisa que apresentamos. Entendemos que compreender o funcionamento do atendimento educacional especializado como um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados nas salas de recursos multifuncionais não substituem a escolarização oferecida nas salas regulares mas a auxiliam complementando ou suplementando as ações escolares de forma flexível; conhecendo a estrutura e os recursos materiais disponíveis; planejando o atendimento pedagógico do educando; auxiliando o professor do atendimento educacional especializado na condução do processo de ensino; propondo instrumentos de avaliação adequados que permitam acompanhar o crescimento intelectual do aluno; discutindo os resultados da inclusão no ensino regular do educando com deficiência ao analisar o AEE através das salas de recursos multifuncionais e sua contribuição no processo de escolarização da pessoa com deficiência e a promoção da educação inclusiva.

REFERENCIAS

ANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

BATISTA, Cristina A. Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL, [Lei de Diretrizes e Bases](#) da Educação (1996): Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

JANNUZZI, G. A educação do deficiente no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados. 2004.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos." Declaração de Salamanca "(verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MARCÍLIO, M.L. (1997). "A Roda dos Expostos e a criança abandonada na historia do Brasil, 1726-1950". In: FREITAS, M.C. (org.). *Historia social da infância no Brasil*. São Paulo: Coutrix/EDUSF.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REVISTA NOVA ESCOLA – Reportagem que contam a Evolução da Educação Inclusiva – Pessoas Especiais – Autora: Roberta Bencini – Ed. Jan./Fev. de 2001.

ROTH, Berenice Weissheimer. Experiências Educacionais Inclusivas: programa educação inclusiva direito à diversidade. Brasília, MEC, Secretaria de educação especial, 2006.

SOUZA, L. de M. (1901). “O Senado e a Câmara e as crianças expostas” In: **PRIORE, M. Del** (org.). História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, pp. 28-43.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O